



AUGUSTO PINHEIRO, Comandante-Geral da Polícia de Ordem Pública.

NOVAS MEXIDAS NA POP

O Comandante-Geral da Polícia de Ordem Pública, Augusto Pinheiro, anuncia que vai proceder, durante este mês, a mexidas profundas na chefia dos comandos, departamentos centrais e esquadras policiais do país. O superintendente da POP recusa-se, por ora, a confirmar os nomes apurados por este jornal para os diferentes postos, mas garante que haverá um reforço do Comando Regional da Praia, com a criação de duas novas esquadras.

Por: ALÍRIO DIAS DE PINA

Praia com mais duas esquadras

A Polícia de Ordem Pública vai conhecer, ainda no decurso deste mês, mais uma mexida na chefia dos seus diferentes comandos, departamentos centrais, esquadras e secções de vários serviços. O Comandante-Geral, Augusto Pinheiro, confirma que tais mudanças estão a ser discutidas com o ministro da Administração Interna e os principais implicados nesse processo.

De acordo com a nossas fontes, o Comandante de São Vicente, comissário Alcides da Luz, poderá ser transferido para a estrutura regional da POP na Praia, em substituição do seu colega Daniel de Pina, que poderá ser colocado no departamento de Operações ou Serviço Social. A direcção deste vem sendo assumida pelo comissário Manuel Alves, que se incompatibilizou com o novo Comandante-Geral. Consta que Alves vai ser nomeado director da Escola de Polícia, em substituição do subintendente João Vieira Gonçalves. O actual Comandante Regional do Fogo, comissário Tito Cardoso Barros, é referido como o provável sucessor de Alcides da Luz, no Mindelo.

Mas as mudanças não ficam por aí. **A Semana** apurou que o Comando da POP no Fogo pode ser entregue ao chefe de Operações, comissário José Augusto Ribeiro. O subintendente Filipe

Barbosa Vicente poderá, por seu turno, ocupar o cargo de Inspector da Polícia. O responsável da Esquadra de Fazenda, comissário José Rui Sanches Alves, deverá assumir o cargo de adjunto do Comandante da estrutura regional de Santa Catarina. O mesmo se poderá dizer relativamente ao subcomissário Augusto Teixeira, que pode ser chamado a substituir o seu colega Alcides Tavares, à frente da Esquadra de Santa Cruz.

Até ao fecho desta edição, não havia informação segura sobre a transferência do comissário Manuel Tomás, à frente do Comando de Santo Antão há mais de 12 anos, bem como do sub-comissário Luís Mendes, na Esquadra do Tarrafal. Sobre este último, dizem fontes da POP, a sua autoridade parece estar a cair em descrédito, continuamente.

Interrogado sobre este particular e para ajuizar dos nomes avançados a este jornal para os diferentes postos referidos, o CG da POP responde que não confirma nem desmente tais informações, porquanto tudo está ainda a ser discutido com os visados e o ministro da tutela, Júlio Correia.

Augusto Pinheiro anuncia, porém, que a mudança mais significativa acontecerá no Comando Regional da Praia, que até Maio próximo será reforçado, com o apoio do governo, com mais efec-

tivos e a criação de mais duas novas esquadras. Uma delas funcionará na parte norte da Capital, englobando as zonas de Achada São Filipe, Calabaceira, Ponta-de-Água, Vila Nova e Safende. A outra esquadra ficará no sul da Praia, abrangendo o Palmarejo, Tira-Chapéu e a futura Cidadela. “Esta medida visa reforçar a segurança na Capital caboverdiana, na sequência dos recentes casos de aumento da criminalidade registado na Praia”.

O CG acrescenta que vão ser também criados dois comandos autónomos, sendo um no novo Aeroporto Internacional da Praia e um outro no Porto da Praia. Tanto o primeiro como o segundo ficarão na dependência directa da Direcção da Emigração e Fronteiras e terá por objectivo principal exercer um controlo mais eficiente da entrada e saída de nacionais e estrangeiros de Cabo Verde.

Augusto Pinheiro justifica que as mexidas vão ser feitas só agora porque antes disso queria conhecer melhor o funcionamento geral da POP e reunir-se com as chefias desta. Este encontro serviu para fazer o balanço do trabalho desenvolvido no ano passado, analisar a situação operativa da incorporação e aprovar o plano de actividades para 2005.

“Isso vai contribuir para que as mudanças decorram na normalidade. Eu

assumi o Comando-Geral em Agosto do ano passado e as últimas mexidas nas chefias da POP aconteceram há dois anos, ainda no tempo do anterior CG. O exercício de funções produz desgastes e concluí que era necessário, neste momento, fazer alguns ajustes na chefia dos diferentes serviços da POP”, fundamenta o entrevistado de **A Semana**, para quem algumas das mudanças previstas serão por conveniência de serviço e outras a pedido dos policiais, nomeadamente por motivos familiares e pessoais.

Carência de efectivos e escassez de meios são referidos, entre os oficiais superiores, como alguns dos factores que têm dificultado a actuação da Polícia de Ordem Pública, nomeadamente no combate à criminalidade. “Estamos a inventariar, neste momento, em parceria com o governo, novos meios a serem postos à disposição da POP. Entrámos já na fase de selecção de fornecedores de tais equipamentos, nomeadamente de mais rádios de comunicação e viaturas, a serem adquiridas o mais rapidamente possível”, assevera Augusto Pinheiro, que anuncia igualmente o reforço do efectivo com base na incorporação, a partir de 1 de Abril próximo, de 103 novos agentes formados, devendo 15 dias depois arrancar uma segunda fase de formação de mais de 100 outros policiais.

Governo e PGR por um fio

O governo e a Procuradoria Geral da República estão a passar por uma silenciosa crise institucional. A ponto de o executivo ter anunciado a criação de um gabinete de advogados para defender os interesses do Estado — visto como um sinal de descrédito em relação ao PGR — e de Franklin Furtado ter já ameaçado bater com a porta no fim deste ano judicial. As razões? O governo, entre paredes, tem considerado medíocre o desempenho do procurador-geral, enquanto Furtado critica o executivo de congelar as suas propostas de pôr a funcionar o Ministério Público.



Por: HERMÍNIO SILVES

Crise iminente?

Pode estar prestes a estalar o verniz que, até aqui, vem caracterizando o relacionamento entre a Procuradoria-Geral da República e o governo. Gerido com o máximo de cuidado e sigilo, o conflito de ideias que opõe as duas instituições vem de há muito e estará personalizado na ministra da Justiça, Cristina Fontes, e no procurador-geral, Franklin Furtado.

Para já, várias são as razões que colocam o PGR e a titular da pasta da Justiça em dessintonia. A gota que ameaça transbordar o copo tem a ver com o facto de os procuradores terem promovido em Fevereiro último uma colecta para ajudar o magistrado Arlindo Figueiredo a custear o seu tratamento em Portugal, após ter sido baleado, em Dezembro do ano passado, à porta de casa.

É que Figueiredo foi transferido para Portugal apenas por questão de segurança, sem parecer da Junta Médica para que o procurador pudesse ser tratado em Lisboa sob a responsabilidade do Estado português. E depois, o governo da Praia, inicialmente, assumiu apenas as despesas de deslocação, pelo que os custos do tratamento ficaram por conta do procurador. “Arlindo Figueiredo sentiu grandes dificuldades para não só custear as despesas da fisioterapia, como também sustentar a mulher e o filho, também baleado no atentado de Dezembro passado”, refere um magistrado, antes de acrescentar que Figueiredo teve de solicitar dois meses de vencimento adiantado para arcar com as despesas, o que foi deferido pelo governo.

Este facto motivou os procuradores da República a promoverem a referida colecta para apoiar o colega, iniciativa que contou com o forte apoio de Franklin Furtado que, inclusive, contribuiu ele próprio numa conta bancária aberta para o efeito. Tendo chegado ao seu conhecimento, a ministra da Justiça mandou suspender a campanha, porque o governo iria assumir todas as despesas (mais os remanescentes). “Entendemos que, para qualquer agente do Estado nas mesmas circunstâncias que as do procurador Arlindo

deve ser o Estado a assumir as despesas, pelo que pedi ao senhor procurador geral que suspendesse a campanha. Ele fez a campanha com muito boa vontade mas entendemos que deveria ser o Estado a arcar com as despesas. E é o que vamos fazer”, garante Cristina Fontes, que justifica este apoio retardado do seu ministério com o facto de o incidente com Figueiredo ter aberto um precedente. “Trata-se de um quadro novo, não havia soluções especiais para estes casos. Por isso tivemos que rever o quadro legal antes do Estado assumir as despesas”.

Com efeito, a colecta foi cancelada, mas os magistrados do MP decidiram manter a sua contribuição, em jeito de solidariedade para com o colega - a propósito, os procuradores deram início este mês de Março a uma nova campanha, desta feita, para ajudar o magistrado António Claret, que se encontra hospitalizado em Portugal, depois de sofrer uma trombose naquele país europeu onde se encontrava em estágio.

Nó na garganta

Na verdade, esta dessintonia Governo vs PGR quanto ao caso Arlindo Figueiredo, mais não é do que a ponta de um iceberg em que se tornou o relacionamento entre a ministra da Justiça e o PGR.

Embora tanto Cristina Fontes (ver texto em baixo) como Franklin Furtado (prometeu falar sobre o assunto numa próxima oportunidade) neguem, abertamente, algum desentendimento entre si, **A Semana** sabe que nos círculos que envolvem as duas instituições o tema já não é novidade. Magistrados abordados por este jornal garantem que a PGR não deu grandes sinais de avanço em relação à anterior equipa “porque o governo tem congelado as propostas apresentadas pelo procurador geral”.

Uma dessas propostas, de acordo com a nossa fonte, tem a ver com a criação de um órgão consultivo da Procuradoria Geral. Outro projecto é o Departamento de Investiga-

ção Criminal da PGR, para lidar com crimes mais delicados, com conexões internacionais. “Há muito tempo que esperamos uma resposta do governo sobre este projecto, mas até agora nada. Este Departamento iria ajudar sobremaneira o trabalho da PGR”, adianta a mesma fonte, que aponta ainda o facto de até hoje a ministra da Justiça não ter dado aval para a nomeação de mais dois procuradores adjuntos, há muito solicitada por Franklin Furtado.

“O governo quer uma Procuradoria activa e trabalhadora, mas não vê em que estado estão, por exemplo, as instalações da PGR. Só para ter uma ideia, há tempos muitos livros ficaram molhados por causa das chuvas”, aponta um procurador, para mais à frente indicar a falta de equipamentos, sobretudo, informáticos.

“É notória a diferença de tratamento entre o MP e a Magistratura Judicial. Em Agosto do ano passado deslocou-se ao Brasil um grupo de juízes para participar numa formação, ficando de fora os procuradores. Este caso originou um puxa-puxa entre o PGR e a ministra da Justiça. Sei também que já há financiamento do BM para a formação de mais juízes, e, novamente, os procuradores ficam de fora”, denuncia a nossa fonte.

Segundo este magistrado, “a desorganização que existe na Procuradoria Geral é culpa do governo, que mantém na gaveta as muitas propostas apresentadas pelo procurador geral, algumas das quais quando Franklin Furtado ainda era adjunto de Henrique Monteiro. Há mais casos: há tempos o carro da PGR avariou-se, o procurador geral comunicou o facto à ministra, mas nunca teve resposta. Ele teve que andar no seu carro privado durante muito tempo. Creio eu que tudo isso acontece porque a Cristina Fontes nunca quis ver Franklin Furtado como PGR. O seu preferido era Belarmino Lucas, mas por indicação de José Maria Neves acabou por ficar Franklin Furtado”.

Por todos esses “contratempos”, asseguram as nossas fontes, Franklin Furtado teria

desabafado a amigos que demitir-se-ia no final deste ano judicial, em Julho, se até lá nenhuma medida de fundo for tomada pelo executivo. “Franklin Furtado já sabe que não goza de grande popularidade no seio do governo, sobretudo depois do PM anunciar a criação de um gabinete de advogados para defender os interesses do Estado na recuperação dos seus bens. Isso já é sintomático e um claro sinal de descrédito do governo em relação à PGR, a que compete precisamente defender os interesses do Estado”, observa um magistrado, antes de concluir: “O executivo quer sufocar o PGR de modo a que seja ele a pedir demissão”.

Se do lado da PGR há a firme ideia de que o governo tem ignorado as propostas para a reestruturação do MP, da parte do governo o sentimento é de que Franklin Furtado não tem sido eficaz no cumprimento das suas obrigações e funções. Pelo contrário, “nós não temos grandes bazofarias a fazer com o PGR que temos. Ele é demasiado lento e carrega consigo uma mentalidade retrógrada da dinâmica de uma Procuradoria Geral da República”, comentou para **A Semana** um membro do governo.

O mesmo reconhece haver poucos meios e más condições de trabalho, mas, salienta: “Isso nunca serve de desculpa para o trabalho que uma PGR pode e tem que fazer. Repare, há muito tempo que estão na PGR relatórios de inspecção feitos a vários serviços com provas claras de que houve desvio ou apropriação dos bens do Estado. No entanto, até agora, a Procuradoria não fez nada, esses relatórios estão a mojar ali, quando muita gente já devia ter sido punida. Pelo que a apreciação do governo é de que o desempenho do actual PGR deixa muito a desejar”.

Comentário idêntico tem sido ouvido nos bastidores do partido que sustenta o governo. O PAICV, conforme as nossas fontes, considera medíocre o desempenho do PGR, mesmo reconhecendo haver necessidade de reforçar a PGR.

MINISTRA NEGA CRISE

Cristina Fontes rejeita completamente uma eventual crise institucional entre o executivo e a PGR. “O relacionamento entre o governo e a Procuradoria é normal e impecável. Não tenho quaisquer razões de queixa, até porque fui eu a propor ao Presidente da República o nome do Dr. Franklin Furtado para o cargo. Toda a gente reconhece a competência do Dr. Franklin Furtado”, assegurou a **A Semana** a ministra da Justiça.

A governante garante, da sua parte, “excelentes relações com o PGR. Aliás, tem sido apanágio deste Ministério trabalhar em coordenação com a Procuradoria Geral no tratamento de diversos assuntos”.

Questionada sobre a criação do gabinete de advogados para defender os interesses do Estado, Fontes é peremptória: “Não se trata de descredibilizar ou não o PGR. Pelo con-

trário, o governo, ao criar este gabinete, quer reforçar o trabalho do Ministério Público na defesa dos interesses do Estado, pois, é sabido, haver limitações em termos de procuradores. O PGR sabe disso”, afirma, anunciando, ao mesmo tempo, que o executivo aguarda apenas a alteração da lei para nomear os outros dois procuradores adjuntos, solicitados pelo procurador-geral. “Devo dizer ainda que as propostas apresentadas pelo PGR estão a avançar normalmente. Não estão paradas. O projecto para a criação do Departamento de Investigação Criminal, por exemplo, aguarda um parecer do Conselho Superior do Ministério Público, mas o projecto de lei já está pronto”, garante.

Quanto às instalações da PGR, Cristina Fontes informa que o governo está a negociar com um privado a aquisição

de um prédio contíguo à PGR. “Vamos comprar esse espaço para alargarmos as instalações da Procuradoria. Esperamos apenas o término das negociações”.

A titular da pasta da Justiça esclarece assim o episódio da formação de juízes no Brasil: “Tratou-se de um problema linguístico. É que, no Brasil, os magistrados são os juízes e os procuradores são chamados promotores. Acontece que nós pedimos formação para os magistrados (procuradores e juízes, no nosso caso) mas eles entenderam juízes. Mas vamos enviar em breve os procuradores”, informa.

E o carro avariado do PGR? “Olhe, neste momento eu também estou sem carro de serviço”, contrapõe a titular da Justiça.

HS

PRIVATIZAÇÃO DA INTERBASE

O dossier privatização da Interbase está em vias de ter um desfecho favorável à “Frigo Mar & Terra”, empresa formada por cabo-verdianos e espanhóis ligados ao grupo Ramon Vascaíno. O impasse que emperrava o processo e que tinha a ver com rumores de que o dinheiro utilizado para adquirir essa unidade estatal tinha origem duvidosa foi ultrapassado, com o governo a decidir pelo primeiro classificado no concurso lançado há dois anos. Aguarda-se agora o desfecho final desta história a qualquer momento.



Governo confirma “Frigo Mar & Terra”

O governo decidiu retomar o processo da privatização da Interbase, empresa de comercialização dos produtos do mar. Neste sentido, devem chegar dentro de dias ao país os representantes da Frigo Mar & Terra, virtuais novos proprietários daquela unidade ligada aos produtos do mar, com sede em São Vicente, ultrapassado que foi o impasse que parecia haver em torno dessa alienação, conforme explica Cristina Duarte, do Gabinete de Privatizações: “Recebemos instruções do governo para re-dinamizar o processo e vamos retomar as negociações”. É definitivo?, quis saber **A Semana**. “Só é definitivo quando o contrato sair no Boletim Oficial, o que deve acontecer o mais depressa possível”, respondeu.

Enquanto isso, na Interbase, embora ainda não se tenha recebido nenhuma informação oficial, o clima entre os trabalhadores está mais leve porque “a situação finalmente deslanchou. O único dado que temos, extra-oficial, é que o decreto-lei sobre a privatização da In-

terbase poderá ser publicado ainda esta semana. Mesmo assim, estamos satisfeitos porque temos estado em ‘stand by’, aguardando o desfecho deste processo, que se arrasta há muito tempo”, afirma Carlos Faria, o ainda director da empresa.

Já o segundo classificado no concurso, o empresário Manuel Fernandes, reconhece que tinha alguma expectativa, sobretudo depois que se aventou a possibilidade de se anular o processo, ou então avançar com o segundo melhor posicionado. Inclusive, prossegue Fernandes, chegou a enviar uma nota ao Gabinete de Privatização, reafirmando a sua disponibilidade e intenção de avançar rapidamente com a compra, caso fosse necessário. “Se o governo decidiu validar o concurso, ótimo. Significa que o processo correu da melhor forma e não havia nada que impedisse a sua aceitação”, afirma Fernandes, que soube através de **A Semana** da validação do concurso.

Polémica à parte, a Frigo Mar &

Terra, a primeira classificada no concurso de alienação daquela empresa, assumirá a gestão desta dentro de dias. Esta foi, aliás, vontade expressa recentemente por um dos sócios, Herculano Tavares, que garantiu **A Semana** que o seu grupo apresentou a melhor proposta técnica e financeira e que o processo estava “à beira de se tornar um exemplo de privatização bem sucedido para Cabo Verde, para os cabo-verdianos e para a própria empresa e seus trabalhadores”.

Relativamente aos trabalhadores, que se mostravam preocupados com os seus postos de trabalho, é o próprio Tavares, empresário cabo-verdiano da Ramon Vascaíno, a garantir que se comprometeu perante a CP a manter o quadro de pessoal que existe por pelo menos quatro anos.

E mais, Tavares assegura que os trabalhadores serão os maiores beneficiários porque a sua empresa vai realizar investimentos de modernização à volta de 2 milhões de euros, “o que irá permitir à empresa oferecer aos clientes

condições técnicas e infra-estruturais compatíveis com altos padrões técnicos e de higiene praticados na Europa e Estados Unidos”. O objectivo? Relativamente as grandes frotas pesqueiras, sobretudo as espanholas que cruzam o Atlântico em direcção ao porto de Dacar, o objectivo é atraí-los a Cabo Verde.

Em tom ameaçador, Herculano Tavares também prometia reagir judicialmente contra quem beliscasse os interesses do grupo que representa e negava qualquer ligação ou envolvimento na compra do MindelHotel, facto que estranhámos, tendo em conta que os trabalhadores da Interbase confirmaram a visita de um grupo de espanhóis com atitudes de dono, ligados ao MindelHotel, mesmo antes de se falar publicamente da venda da Interbase. E mais, foi inclusive este hotel que adiantou a **A Semana** o nome da Frigo Mar & Terra, os seus propósitos e projectos, antes da divulgação no BO.

CP/KS

PEDRO PIRES EM BISSAU

Visita de Estado e reencontro com a História

5

O presidente da República desloca-se, na próxima semana, à Guiné-Bissau para aquela que será a primeira visita oficial de um chefe de Estado cabo-verdiano àquele país em mais de 20 anos.

Pedro Pires, que combateu nas hostes do PAIGC nas matas da Guiné, irá manter uma agenda política intensa e, no que depender dele, ajudar a atenuar a tensão que volta a fazer-se sentir em Bissau, agora por causa da marcação das eleições presidenciais. Irá também visitar Bafatá, onde manterá contactos de foro privado naquela região do interior da Guiné que conhece dos tempos da luta armada.



Sexta-feira, 11 de Março de 2005

O presidente da República começa na próxima terça-feira uma visita oficial à Guiné-Bissau, a primeira de um chefe de Estado cabo-verdiano desde que esse país e Cabo Verde se apartaram do projecto da unidade defendida pelo antigo PAIGC, de Amílcar Cabral. Por incrível que pareça, desde o golpe de Estado de Novembro de 1981, utilizado por Nino Vieira para depor Luís Cabral do poder, que nenhum chefe de Estado de Cabo Verde visitou oficialmente a Guiné, acontecendo o mesmo em relação à parte guineense. No máximo, apenas os primeiros-ministros dos dois países o fizeram, caso de José Maria Neves, por exemplo, que esteve em Bissau no ano passado.

Pedro Pires, que foi comandante militar e dirigente político do PAIGC na Guiné, conservando

por isso um enorme capital de simpatia entre os guineenses, vai assim quebrar esse ciclo, imposto pelos caprichos da História e não só. Em Bissau, na quarta-feira, ele vai discursar na Assembleia Nacional Popular, dirigindo-se assim aos guineenses, e receber em audiência os mais altos dignitários e dirigentes políticos do país.

“Trata-se de uma visita essencialmente política”, confidenciou a este jornal uma fonte do Palácio do Plateau, para quem esta deslocação terá lugar “sempre na perspectiva de ajudar a Guiné-Bissau a sair do impasse em que se encontra”.

É que o processo de normalização política guineense tem conhecido vários avanços e recuos, desenhando neste momento novos focos de tensão, desta feita por causa da marcação da data das

próximas eleições presidenciais, previstas para Junho. O próprio PAIGC, que se encontra de novo no governo, depois de um afastamento a favor do PRS, do ex-presidente Kumba Ialá, tem passado por alguma instabilidade, com sinais de divisão interna. Factores estes que têm contribuído para a comunidade internacional continuar a ver o futuro do país com alguma preocupação. O actual chefe do partido e primeiro-ministro, Carlos Gomes Jr., tem sido contestado por sectores afectos ao ex-presidente Nino Vieira, cujo regresso ao país se encontra em discussão.

Sabendo do prestígio e do ascendente que Cabo Verde, e neste caso particular Pedro Pires, detém entre os guineenses, a visita desse estadista a Bissau é, de um modo geral, bem vista por algu-

mas chancelarias. Entendem que ela poderá ajudar a acalmar os ânimos dos actores da cena política guineense, no momento em que se procura definir o cenário das próximas eleições presidenciais.

Para além da agenda política de Estado, Pedro Pires reservou um dia da sua estada na Guiné para contactos mais privados, mais precisamente em Bafatá, região onde combateu e onde se encontrará com velhos camaradas de armas.

Além do seu staff, o PR faz-se acompanhar por outros antigos combatentes da liberdade da pátria, o comandante Agnelo Dantas e Maria da Luz Boal. Ainda integram a comitiva presidencial dois empresários, Alfredo Carvalho e Aires dos Reis Borges. A visita terminará no dia 19.

PAICV - Porto Novo

Embate entre Carlos Delgado e Rosa Fortes

A ex-candidata à Câmara Municipal do Porto Novo, Rosa Fortes, vai encabeçar uma lista concorrente à liderança do PAICV no Porto Novo contra a recandidatura de Carlos Delgado. A eleição da nova equipa daquele secretariado acontece amanhã, sábado, durante a conferência de sector, cujo encerramento será presidido pelo líder daquela formação partidária, José Maria Neves.



CARLOS DELGADO



ROSA FORTES

osa Fortes decidiu, na última semana, avançar com uma candidatura própria cujo objectivo é “reestruturar o PAICV no Porto Novo, redinamizando algumas estruturas no interior do Concelho”, para aumentar o score eleitoral daquele partido. E uma das primeiras medidas que ela promete tomar, se for eleita, é pôr a sede do partido na vila a funcionar em tempo integral, “de modo a que os militantes estejam em contacto com a estrutura e se sintam mais próximos da direcção local do PAICV”.

No fundo, Fortes deseja concretizar alguns dos projectos que a equipa de Carlos Delgado prometera, na última conferência de sector, mas que “não pôde concretizar durante o mandato”. “Reconheço que o secretário-executivo, Cipriano Barbosa, fez o que pôde para manter a dinâmica do partido no Porto Novo. Mas penso que poderia ser feito muito mais se as estruturas do interior estivessem a funcionar e se houvesse maior mobilização dos jovens”, reitera Rosa Fortes.

Apesar dessas críticas à gestão anterior, aquela candidata diz querer sobretudo que o partido saia dessa conferência “mais unido do que entrou, porque o adversário de todos é o MpD”. Aliás, ao longo da conversa tele-

fónica que manteve com **A Semana**, Rosa Fortes não descartou a hipótese de haver algum consenso, de última hora, com a lista concorrente de modo a evitar “desarmonias desnecessárias para o partido”.

Em resposta às críticas adversárias, Carlos Delgado tem feito uma intensa campanha no terreno para conquistar o voto da maioria dos cerca de 130 delegados à conferência do sector. Pragmático, aquele concorrente promete, caso seja reeleito, “trabalhar para ter um PAICV forte, unido, catalisador de vontades, e com capacidade de acompanhar o desenvolvimento do Porto Novo”.

De resto, as duas candidaturas manifestam o desejo comum de que todos os militantes saiam da conferência com mais vontade de trabalhar para dar o seu contributo ao projecto do PAICV. Aliás, como sublinham, “o que interessa é fazer das ideias dissonantes uma força para derrubar os partidos adversários no Porto Novo, e ajudar o PAICV a ter bons resultados a nível nacional”.

Realça-se que o arquitecto Vicente Reis era quem deveria entrar nessa disputa com Carlos Delgado. Entretanto, talvez por se sentir-se em dívida para com alguns militantes que discordam da liderança do actual primei-

ro-secretário, Rosa Fortes decidiu avançar ela própria, e apoiada pelos vereadores do Porto Novo eleitos na lista tambarina.

Nota-se, todavia, que o tom das críticas do grupo de Fortes ao mandato de Carlos Delgado amenizou nos últimos dias, transformando-se num discurso mais conciliador. De todo o modo, prevê-se que a eleição de amanhã seja disputada até ao último voto, mesmo porque ambas as candidaturas detêm importante base de apoio.

Disputa também no MpD-Ribeira Grande

Se no PAICV - Porto Novo o processo de escolha do líder está a ser concluído, na Ribeira Grande surgiu o primeiro candidato oficial à direcção local do MpD. Francisco Dias, deputado suplente e ex-líder da JpD naquele concelho, já anunciou a sua candidatura e diz ser apoiado por dirigentes da cúpula dessa força partidária.

Desde logo, o ex-mandatário da candidatura de Jorge Santos à liderança ventoinha propõe como desafio reorganizar o MpD num concelho em que o partido nem sequer possui uma sede. Aquele candidato promete tam-

bém, caso seja eleito, motivar os militantes e atrair mais jovens para as fileiras dessa força partidária.

Questionado se a sua candidatura é impulsionada por Jorge Santos para concorrer com uma possível lista apoiada por Agostinho Lopes, Dias riposta que a disputa na Ribeira Grande não tem nada a ver com a última convenção do partido. “Estamos aqui com toda a disponibilidade para apoiar o presidente Agostinho Lopes, assim como fiz questão de afirmar logo após a sua eleição. Portanto, não há que relacionar essa candidatura com JS, até porque a maior parte dos meus apoios advém de pessoas que nem sequer apostaram naquele dirigente durante a Convenção”, explica o concorrente.

Tudo indica, contudo, que os apoiantes de Agostinho Lopes naquele concelho vão apresentar uma candidatura própria para esse escrutínio, que deve acontecer até ao próximo mês de Maio. O ex-mandatário de AL na Ribeira Grande, Adalberto Alexandre, já terá mesmo manifestado a sua intenção de se candidatar ao cargo de coordenador regional, pelo que se aguardam novidades nas próximas semanas.

João Almeida Medina

MpD faz ofensiva em Santiago

O Movimento para a Democracia está em ofensiva, com destaque para a ilha de Santiago. Agostinho Lopes inicia hoje, 11, uma visita de trabalho à Electra, devendo, a partir de segunda-feira, contactar os comandos da POP e da PJ, na Praia. Tudo com o propósito de recolher dados sobre projectos e medidas de políticas a serem implementados pelo governo com vista a combater o clima de insegurança que se vive na capital e normalizar o problema de abastecimento de água e electricidade. As estruturas concelhias de Santiago devem concluir, neste domingo, uma jornada de reflexão iniciada na semana passada, tendo em conta as eleições legislativas e presidenciais de 2006.

O líder do maior partido da oposição inicia hoje, na Praia, uma visita de trabalho à Electra. Esta ofensiva de Agostinho Lopes prossegue na segunda-feira, com deslocações à Polícia de Ordem Pública e Polícia Judiciária. Agostinho Lopes faz-se acompanhar por um grupo de dirigentes ventoinhas, constituído por deputados da nação e membros da Direcção Nacional.

Jorge Nogueira, secretário-executivo, anuncia que esta visita do presidente do MpD tem como propósito fundamental recolher informações e inteirar-se dos projectos e das medi-

das de política previstos para os próximos tempos, relativamente aos referidos serviços. “Isto, na perspectiva de combater o clima de insegurança reinante na Capital cabo-verdiana e normalizar o abastecimento de água e electricidade em todo o país”.

O SE avisa que Agostinho Lopes deverá, ainda durante o seu périplo pela capital, insurgir-se contra as declarações contraditórias do primeiro-ministro em relação ao funcionamento da Electra. É que, segundo aquele dirigente, José Maria Neves prometeu mais energia e água aos cabo-verdianos, mas vem falando de dívidas e *déficite* da Electra, imputando ao MpD responsabilidades na condução do processo de privatização da empresa.

Mas a ofensiva do maior partido da oposição não fica por aí. As estruturas concelhias de toda a ilha de Santiago devem retomar, neste domingo, provavelmente nos Picos, uma jornada de reflexão iniciada na semana passada, tendo em vista a preparação da máquina partidária para as legislativas e presidenciais de 2006. Além de analisar o processo de recenseamento eleitoral e a situação política nacional e regional, o encontro deverá, segundo Jorge Nogueira, aprovar um organograma de eleição dos órgãos concelhi-

os com mandato expirado e reflectir sobre a situação financeira das regiões políticas. “Com essa reunião, esperamos ter, até Maio próximo, todos os órgãos dirigentes eleitos, maior dinamismo nas estruturas, melhor organização e motivação de pessoas novas e ver reestruturado o serviço de cobrança das quotas”.

Nogueira fez questão de destacar que trabalhos idênticos vêm sendo feitos em todas as ilhas e na diáspora, com destaque para a estrutura da Holanda que inicia, nesta semana, tal processo. Também a do Paul, segunda do mesmo SE, estará reunida, no próximo dia 17, em assembleia concelhia para a eleição dos novos órgãos dirigentes.

De salientar que, no final da semana passada, o MpD realizou, a partir da Praia, um desfile de viaturas com destino aos Picos, a fim de saudar o nascimento deste novo município de Santiago. A CP do mesmo partido esteve reunida para analisar a situação política nacional, tendo, entre outros, denunciado que o governo se vem desdobrando em campanha, alegadamente com recursos do erário público. O mesmo órgão designou José Ulisses Correia e Silva para o cargo de director do Gabinete de Estudos Estratégicos do partido.

ADP

O sonho de Joana

Seu nome é Joana Cabral, tem 30 anos e um sorriso largo, de badia de fora, que esconde, em muito a idade, mas não a origem. Conheci Joana no ano passado, em Maputo, a lutar pela vida no bairro insalubre de Mafalala. Na altura o seu sonho era conhecer a terra da mãe, embarcada dos tempos das roças de São Tomé e Príncipe e Angola, e começar em Cabo Verde uma vida melhor. Pelo menos uma parte do sonho ela já conseguiu realizar.

Voltei a encontrar-me com a Joana há duas semanas, por acaso, com o mesmo sorriso no rosto do ano passado, de jovem com dificuldades mas sempre a ajudar os outros, segundo me disse, na altura, a responsável pela diplomacia cabo-verdiana na capital moçambicana, Custódia Lima. O meu reencontro com Joana aconteceu na Praia, a mostrar-me que uma parte do seu sonho ela conseguiu realizar. Nada fácil num país, como Moçambique, onde para a maior parte dos cabo-verdianos, e também moçambicanos, o salário mal dá para comer.

A vinda para Cabo Verde, deixando para trás a mãe que queria trazer, foi resultado do apoio dos cinco irmãos que trabalham. Juntaram o suficiente para que Joana fizesse, de autocarro, o percurso até Joanesburgo, uma viagem que, por problemas vários, durou quase 10 horas, e depois de Joanesburgo até a ilha do Sal.

Ao chegar à Praia a surpresa de ser bem recebida por primos, algo novo em sua vida, já que em Moçambique nunca os teve, e os restantes membros da família em Pedra Badejo. *“As tias que tinha em Maputo eram cabo-verdianas amigas da minha mãe a quem tratávamos assim”*.

E desde então são boas as surpresas na vida de Joana. *“A forma que as pessoas me recebem, convidam-me para as suas casas”*, diz ela, com um sorriso estampado no rosto. *“Sinto-me emocionada”*.

Outra surpresa que destacou é a qualidade das moradias. *“Fiquei espantada, pensei que as casas aqui fossem como em Mafalala”*, seu mundo em Maputo, onde a insalubridade é marca que salta à vista a qualquer forasteiro.

Mas, porque não veio só admirar as belezas da terra que a sua mãe sempre contava, Joana Cabral quer fazer desta primeira conquista, que foi chegar a Cabo Verde, o ponto de partida para outros sonhos. A sua preocupação agora é conseguir um trabalho e assegurar o seu próprio sustento - em Moçambique trabalhava num escritório de prestação de serviço - estudar e trazer a mãe para Cabo Verde.

A seu favor Joana tem a determinação, o 11º ano concluído, um domínio perfeito da língua portuguesa, da informática a nível de utilizador e uma simpatia maior que os seus sonhos. Só falta alguém que apoie esta cabo-verdiana, que ainda apalpa o terreno em que pisa, na conquista desses novos sonhos.

MP



Qualidade do ensino privado

A qualidade do ensino praticada pela maioria das escolas privadas do nível secundário deixa muito a desejar. Não vem comprovar o que há muito era uma suspeita. Do rol de 19 estabelecimentos privados, apenas quatro foram aprovados. A Assomada (Santa Catarina). Elas aguardam agora a segunda fase de avaliação, que irá decidir o destino das restantes.

Por: PEDRO MIGUEL

Muita polémica e contestação marcaram o lançamento, no início do ano lectivo 2003/2004, do diploma legislativo que previa a avaliação do ensino secundário privado. Mais de um ano depois, terminada a primeira fase do processo cujo resultado foi o chumbo à maior parte das secundárias privadas, as relações entre essas escolas, alunos e Ministério da Educação ameaçam azedar, de novo.

O processo remete-se a Outubro de 2003, altura em que entrou em vigor a nova lei de avaliação. Esse diploma, promulgado ainda durante o mandato do anterior ministro da Educação, Victor Borges, previa que os alunos das escolas privadas, para concluir o 3º ciclo, teriam que se submeter a um exame de avaliação. Uma medida que, de acordo com a Directora-Geral do Ensino Básico e Secundário, Cláudia Silva, “estava já prevista na anterior lei de avaliação”, não tendo sido, entretanto, cumprida. O novo decreto-lei ressalva, no entanto, que, mediante uma avaliação a ser feita pela DGEBS e pela Inspeção Escolar, poderia haver escolas que ficassem isentas, caso obtivessem uma classificação que as equiparasse, a nível administrativo e pedagógico, às escolas públicas.

Embora prevista na lei, a avaliação das escolas secundárias privadas não foi feita no ano lectivo anterior, porquanto “o diploma foi publicado já em Outubro, o que não deu tempo para preparar a comissão de avaliação”, explica Cláudia Silva. Passado um ano, foi então constituída a equipa formada por técnicos e inspectores, que elaboraram um guião de avaliação “delineado em função de parâmetros estabelecidos na lei, referentes ao regulamento e funcionamento das escolas privadas e ao sistema de avaliação”, continua aquela responsável.

Constituída a matriz que serviria de base à avaliação, a primeira fase do processo arancou a 27 de Dezembro de 2004, terminando em 14 de Janeiro último. Durante esse período de avaliação no terreno, equipas de duas pessoas visitaram todas as escolas secundárias privadas, focalizando o seu trabalho em aspectos relativos às áreas administrativa e pedagógica. Terminadas as visitas, procedeu-se, como explica Cláudia Silva, “ao cruzamento das informações recolhidas nas escolas, com documentos que existem aqui no Ministério”.

Os resultados da primeira fase foram, então divulgados, numa reunião entre a DGEBS e os estabelecimentos envolvidos no processo. A avaliação ditou que das 19 escolas sujeitas a avaliação apenas quatro passaram à segunda fase, com vista a uma segunda filtragem. A Escola Padre Moniz, em Calheta - considerada nesta primeira fase a melhor escola secundária privada do país - Abrolhos e Tecto Zero (Praia) e o Centro de Ensino da Assomada (Santa Catarina) vão ser agora sujeitas a uma nova avaliação, com vista a decidir finalmente quais ficam isentas dos exames do terceiro ciclo.

Segundo a directora-geral de ensino, a lista final das escolas contempladas pela medida de excepção prevista na lei sairá “no final do segundo trimestre”, após a análise dos resultados decorrentes da segunda fase de avaliação que começará “nas próximas semanas”.

De acordo com a mesma responsável, será feito agora “um levantamento mais

aprofundado de dados de carácter pedagógico”, como a análise de currículos, livros de ponto, cadernos diários, ou através do acompanhamento directo de aulas.

Como patamar mínimo para serem contempladas com a isenção dos exames do 3º ciclo, as escolas terão que obter uma classificação de, pelo menos, “80 sobre 100”, conforme os parâmetros estabelecidos pelo ME. Desta forma, diz Cláudia Silva, “podemos ter a certeza de que as escolas que passam têm um nível de excelência”.

A directora-geral do Ensino assegura, ainda, que o final da segunda fase não implica “de forma alguma” o término do processo de avaliação. Todas as secundárias privadas continuarão a ser acompanhadas pelas equipas de técnicos e inspectores, com o fim de, no futuro, “adquirirem bases que lhes permitam alcançar um nível de auto-avaliação”. Cláudia Silva adianta, também, que os subsídios recolhidos neste processo, “poderão contribuir para uma futura revisão do estatuto do ensino privado”.

ANEP VERSUS MINISTÉRIO

Em conversa com **A Semana**, tanto a Associação Nacional de Escolas Privadas como a Direcção-Geral do Ensino Básico e Secundário mostraram uma preocupação constante em “não entrar em polémicas”. No entanto, as divergências existem. Em jeito de resposta e contra-resposta, lá vão avançando os descontentamentos e “perplexidades”.

O mote é lançado pelo presidente da ANEP que, embora encare “com naturalidade” esta avaliação, mostra o seu descontentamento pelo modo como a mesma está a ser conduzida. João Fernandes, que também é director da escola privada Claridade, na Praia, centra as críticas nos parâmetros de avaliação previstos no guião elaborado pela DGEBS. Ele aponta que, na primeira fase da avaliação, “foi dado uma maior ênfase à parte burocrática e administrativa, em detrimento da pedagógica”, contrariando, desta forma, “as orientações que foram dadas numa reunião com o Ministério”. Para Fernandes, “os alunos não podem pagar por uma eventual desorganização administrativa das escolas”, uma vez que “a ausência de uma acta ou de um relatório não interferem directamente com o rendimento de professores e alunos”.



A directora-geral do Ensino Básico e Secundário reage. Cláudia Silva explica que nesta primeira fase as questões pedagógicas e administrativas tiveram, a nível quantitativo, um igual destaque, tendo sido exigido, inclusivamente, “um maior rigor na avaliação das questões relacionadas com a qualidade de ensino”. Silva reforça a sua argumentação, afirmando que “para além desta maior exigência, havia ainda questões de foro processual e administrativo que remetiam, também elas, para a área pedagógica, embora de uma forma mais indirecta”.

Mas a ANEP não se fica por esta questão. João Fernandes refere outros pontos que, na sua óptica, não terão corrido tão bem, como é o caso de escolas que terão sido avisadas “uns dias antes”, da visita da equipa de avaliação, ou o facto de “não ter sido a mesma equipa a visitar todas as secundárias”, o que permitiria “fazer uma avaliação mais rigorosa, tendo em conta o factor de comparação”. Pontos críticos que, para a DGEBS, estão também fora de questão.

Cláudia Silva afirma que a calendarização das visitas “era do conhecimento geral”, tendo todas as escolas sido avisadas,

“pelo menos com uma semana de antecedência, da data dessas visitas”.

Questionada sobre se estes pré-avisos não poderiam perverter a lógica do processo, dando tempo às escolas para camuflar eventuais aspectos menos positivos, aquela responsável assegura que essa não é uma questão que a preocupa. “Não é numa semana ou em 15 dias que a escola vai criar as condições que não tem”. Porém, adianta que nesta segunda fase “vão ser feitas visitas surpresa e entrevistas a professores e alunos que servirão para confrontar com os dados recolhidos no primeiro momento da avaliação”.

No que respeita à criação de várias equipas de avaliação, sobre a qual recaem as críticas da ANEP, Cláudia Silva afirma que seria “tecnicamente impossível, tendo em conta o número e dispersão geográfica das escolas”, acrescentando ainda que “isso iria inclusivamente aumentar o risco de subjectividade decorrente da comparação”. “O guião foi feito segundo critérios pré-definidos e houve a coordenação e preparação das várias equipas, o que reduz o risco de haver dispersão a nível da linha orientadora

Visão possível

A Escola Secundária de Abrolhos, na Praia, foi a segunda classificada na avaliação decorrente da primeira fase desse instrumento que o Ministério da Educação introduziu nas suas relações com o ensino privado. A directora deste estabelecimento afirma que “este é um resultado acumulado ao longo dos anos”. Lourdes Leal admite que as escolas privadas “são olhadas de lado”, mas assume-se em posição de “demonstrar que podemos ser uma alternativa credível a nível de ensino”. Sobre as razões que terão estado na boa classificação alcançada nesta fase, a directora aponta “uma boa organização, acompanhamento e envolvimento dos professores” e a tentativa de inovar na forma de ensino através “do recurso a meios modernos, como o data show” ou “de instrumentos de ensino virtual”.

Questionada sobre qual o peso do factor financeiro no funcionamento da Abrolhos, Lourdes Leal afirma que, “embora a escola seja um negócio não se pode vender o produto como quem vende pregos”. “Se é só por dinheiro que estou aqui vou ao comércio, porque em termos de rentabilidade esta área não justifica o esforço”, assegura.

A directora da Abrolhos critica o que diz ser a “falta de apoios do governo às privadas”, lançando em seguida a pergunta: “Se fecharmos a porta e entregarmos estes alunos ao Estado, o que é que ele vai fazer?”.

Com o intuito de ouvir a direcção de pelo menos uma escola privada que não tenha passado à segunda fase, A Semana fez os devidos contactos junto dos representantes das insti-

Privado abaixo do desejado

dejar. A primeira fase da avaliação das referidas escolas acaba de ser feita pelo Ministério da Educação e quatro passaram ao teste: Padre Moniz (Calheta), Abrolhos e Tecto Zero (Praia) e o Centro de Ensino da Madeira, que se isenta da realização dos exames do terceiro ciclo. A polémica está instalada.

EMANUEL CARDOSO



esta questão “deverá ser, sem dúvida, abordada aquando da próxima revisão do estatuto e regulamentação do ensino privado”. Até porque, acrescenta, “esta é uma questão que prejudica tanto o ensino público como o privado”.

À semelhança de outros pontos concernentes a esta matéria, a opinião da ANEP relativamente a este assunto é também totalmente divergente da DGEBS. João Fernandes afirma, categoricamente, “que nas escolas privadas não há sobrecarga a nível de horas de aulas”, uma vez que os professores “se trabalham de manhã na pública, vêm para a privada à tarde, ou vice-versa”, tendo em conta a acumulação prevista na lei para o ensino público, que vai até às “12 horas semanais permitidas”.

Mas o que dizem os professores? Aristides Lopes, um docente de português na Escola Abrolhos questiona se “o Ministério tem moral para exigir o que quer que seja dos professores”, no que respeita à acumulação de horas lectivas. O jovem docente, que lecciona também na Escola Amor de Deus, afirma que os contratos de um ano a que uma grande quantidade de professores estão sujeitos, não dão a esta classe profissional “nenhuma estabilidade”. Esta situação obriga, segundo o mesmo, “a aproveitar todas as oportunidades que surjam”. Quando questionado sobre o lugar que o profissionalismo ocupa no desempenho da profissão, Aristides Lopes é peremptório: “O tempo em que as pessoas trabalhavam unicamente por gosto já lá vai”.

Uma opinião retomada por uma professora da Escola Alternativa, que preferiu manter o anonimato. Esta docente começou a dar aulas naquela escola “por uma questão de dinheiro”, admitindo que “se não fosse por isso, não viria para cá”. Porquê? “Porque representa mais trabalho, e porque a forma como se trabalha neste sistema não dignifica o professor”. Segundo a mesma, a “falta de rigor que existe nas privadas”, torna difícil realizar “um trabalho bom a nível de integração das componentes científica e moral”. Esta constatação faz a professora afirmar que “se fosse feito um exame aos alunos dos dois sistemas, a maioria dos que passariam era da pública, onde a formação é, em geral, melhor”.

Embora “não acumule muitas horas de aulas”, esta docente, que trabalha também no

liceu Domingos Ramos, assinala que conhece quem o faça noutras escolas, que não a Alternativa. “Mesmo as 12 horas permitidas, a tempo inteiro, já prejudicam o rendimento do professor”, que se vê obrigado a dar “aulas mecânicas, baseadas no que já sabe, sem ter a preocupação de se actualizar”.

Percepção diferente tem Auxília Spencer, docente na escola S. Tomás de Aquino, que assegura desconhecer “casos de sobrecarga excessiva de horas lectivas”. No que toca ao seu caso em concreto, esta professora de português afirma que dá aulas “apenas a duas turmas”, para além das que tem sob a sua responsabilidade na Escola Preparatória da Calabaceira, onde lecciona, também. No que se refere às condições de trabalho proporcionadas pela S. Tomás de Aquino, Spencer afirma que “são melhores do que as que existem na Calabaceira”, razão pela qual acha “estranho” o facto desta privada não ter passado à segunda fase.

ALUNOS EM LUME BRANDO

O arranque de todo este processo, em Outubro de 2003, gerou, na altura, uma enorme contestação por parte dos alunos do 12º ano. Lúcia Évora foi, então, uma das vozes contestatárias das novas regras. Como membro do grupo de estudantes das privadas que organizou o protesto contra os exames do 3º ciclo, esta ex-estudante da Alternativa espanta-se com “a passividade com que os alunos estão a assistir ao desenrolar do processo, actualmente”. Na sua memória estão ainda bem vivas as manifestações, greves, e encontros dos estudantes com o primeiro-ministro e entidades do Ministério da Educação, bem como a “incompreensão” por nunca terem sido atendidos por Victor Borges. No final, o exame acabou por não ser realizado, após um encontro do ME com as escolas, onde se verificou que não havia tempo para realizar as avaliações às escolas.

Com o processo novamente em andamento, os alunos que estudam actualmente no 12º ano mostram-se apreensivos e prontos para lutar pelo que dizem ser os seus direitos. António Carlos, estudante da Alternativa, uma das escolas que não passou à segunda fase, afirma que ele e os seus colegas estão “prontos para recusar esta tremenda injustiça”. Segundo o mesmo, “o exame devia ser feito por todos os alunos de todas as escolas”, sob pena do acesso ao ensino superior se tornar “mais fácil para uns do que para outros”. A seu ver, a realização deste exame por todos os alunos do 12º ano, público e privado, seria “uma maneira de fazer um tira-teimas”, e de “saber realmente se estamos assim tão mal preparados como dizem”.

Por seu lado, Filomena dos Reis, também aluna da Alternativa, é de opinião que “cabe ao ME fiscalizar se as escolas privadas têm condições para começar a funcionar ou não”. A aluna assegura que, uma vez “esclarecidos pela direcção da escola sobre todo este processo”, os alunos “vão fazer uma reunião, já combinada há algum tempo, para ver de que forma podem lutar” contra a decisão do Ministério da Educação.

Em estado latente, o descontentamento dos alunos promete sair de novo às ruas.

da avaliação das escolas”, afirma.

QUALIDADE DO ENSINO PRIVADO

As divergências entre ANEP e DGEBS são notórias, também, no que respeita à percepção sobre a qualidade do ensino privado. Por um lado, João Fernandes afirma que as críticas sugerindo falta de rigor e algum facilitismo nestas escolas “são uma questão falsa”; por outro, a referida directora-geral afirma que o recurso às privadas em Cabo Verde ainda “não é uma escolha de qualidade”.

Cláudia Silva fundamenta esta afirmação com base nas principais carências encontradas durante a visita das comissões de avaliação às escolas, das quais destaca “a falta de material didáctico e de espaço para leccionar e o recurso a casas alugadas” e, a nível pedagógico, “a falta de coordenação entre as disciplinas e de registos de avaliação contínua”. A experiência arrecadada nesta fase faz aquela dirigente afirmar não estar “muito certa que as escolas privadas sejam as melhores, como afirmam continuamente”, adiantando ainda que ao longo do processo de avaliação “foram encontradas muitas discre-

pâncias entre o que as privadas diziam que tinham e o que têm, na realidade”.

Impulsionado por estes pontos e contrapontos, o redemoinho argumentativo gira particularmente em torno dos professores, actores do sistema de ensino acusados, muitas vezes, de acumularem horas excessivas de trabalho, ao desdobrarem-se indefinidamente em aulas tanto em escolas públicas como privadas.

Neste momento, apenas a lei do ensino público estabelece as balizas máximas no que se refere à acumulação de número de horas de ensino, fixando-as num máximo de 12, por semana. No entanto, tal regulamentação não está prevista no ensino privado, ficando esta questão sujeita “à sensatez dos professores”, como afirma Cláudia Silva. “Nem sempre tem havido um correcto discernimento neste domínio, o que leva alguns professores a ultrapassarem muitas vezes todas as capacidades de ensino”.

Cinquenta e sete horas semanais, foi o caso mais extremo de acumulação de horas lectivas com que a directora-geral de Ensino já se deparou, e que a leva a afirmar que a imposição de limites, no que se refere a

el das escolas

tuições. No entanto, todos se mostraram indisponíveis, alegando que, a conselho da ANEP, deveriam tomar uma posição comum. Contactada por este jornal, a direcção da ANEP afirmou que “não é altura de se dar a opinião sobre os relatórios da primeira fase”, remetendo mais declarações para o final de todo o processo, no término do segundo trimestre.

As dificuldades aconteceram também a nível de informações estatísticas. O atraso na entrega de dados do tipo ou a indisponibilidade das escolas em facultar elementos sobre os seus alunos dificultou, “a elaboração de informação estatística sobre o ensino privado e os seus alunos”, de acordo com Emanuel Barros, técnico do Gabinete de Estudos e Planeamento (GEP) do Ministério da Educação.

Os dados para já disponíveis apontam para a existência de cerca de seis mil estudantes no ensino privado, um número que se situa muito aquém do real, uma vez que, de acordo com Barros, “a maior parte das escolas ainda não entregou a relação de alunos”. Conforme os dados do GEP, o número total de estudantes do secundário privado representa, a nível nacional, entre 10 e 12% dos alunos deste nível de ensino.

Embora não aponte dados estatísticos, “por impossibilidade”, Emanuel Barros avança que a maioria dos estudantes do privado apresentam idades superiores a 18 anos, registando-se “uma tendência para o aumento da frequência dos escalões etários menores”, correspondentes “aos que perderam o direito a frequentar o ensino público”.

Cidadania e Direitos Humanos opõem FECAP e Ministério da Educação



Sexta-feira, 11 de Março de 2005

A Federação Cabo-Verdiana de Professores e o Ministério da Educação entraram em confrontação há uma semana, aquando da realização de uma conferência de imprensa por parte da FECAP - Federação Cabo-Verdiana de Professores. Na altura os sindicalistas apontaram, o dedo ao Ministério da Educação pelo facto deste querer inserir no programa curricular as componentes de cidadania e direitos humanos. Afirmando não se opor a esta integração de conteúdos, a FECAP quis, contudo, demonstrar o seu descontentamento pela forma como o processo estava a ser conduzido, e com o subsequente aumento da carga horária dos professores.

A resposta do ME na passada segunda-feira, pela voz do seu secretário-geral, refutava estas críticas, afirmando que não ia haver nenhuma sobrecarga horária, e que os professores estavam já a par das mudanças que iriam ocorrer a nível curricular.

João Pedro, líder da FECAP, reafirmou, entretanto, a **A Semana** as críticas lançadas ao processo, defendendo que *"a cultura da paz e cidadania deve ser integrada, mas não de uma forma atribulada"*. Afirmando que

"os professores não sabiam de nada", esse sindicalista realça que os únicos esclarecidos sobre esta matéria terão sido *"os professores da escola SOS Capelinha, aquando de um encontro com as entidades educativas. Todas as alterações que sejam feitas no sistema de ensino são implementadas pelos professores, por isso eles devem estar por dentro, e dar a sua opinião sobre a evolução deste sistema"*.

Por sua vez, a directora-geral do ensino básico e secundário, Cláudia Silva, rejeita a posição da FECAP, afirmando que a DGEBS está *"ainda a fazer a ronda de auscultação aos professores"*, ao mesmo tempo que prossegue um trabalho com consultores no sentido de encontrar os melhores conteúdos a serem integrados e a forma mais adequada de o fazer. *"Ainda não está nada definido"*, sublinha.

Cláudia Silva vinca, ainda, que cidadania e direitos humanos *"não constituirão uma disciplina isolada"*, representando, antes, *"conteúdos que vão ser introduzidos nos currículos, de uma forma transversal"*, com vista *"ao reforço destas componentes na formação das crianças e dos jovens"*. Desta for-

ma, *"não haverá sobrecarga de horários, nem vai haver mais trabalho para os professores"*, garante.

Na sequência deste processo, será disponibilizado, segundo a directora-geral de ensino, *"material didáctico referente a esta questão"*, bem como facultada *"formação aos professores"*, no sentido de os capacitar de uma forma mais concreta e sistemática para a exteriorização destas componentes, na sala de aula.

Esta acção enquadra-se na política de educação que nos últimos tempos tem inserido nos currículos matérias relativas a temas como a saúde escolar e reprodutiva ou a sensibilização para o uso do português. Isto com o objectivo de *"desenvolver habilidades nas crianças e adolescentes, através da sensibilização para estas questões"*, afirma Cláudia Silva. Esta responsável conclui que, no âmbito deste processo, será também feita uma revisão da disciplina de Formação Pessoal e Social.

Também Vera Duarte, presidente da CNDHC, e uma das intervenientes no processo de integração curricular da cidadania e direitos humanos, afirma o seu protesto relativamente às declarações do FECAP, defendendo que *"não corresponde à verdade que os professores não tenham sido auscultados"*. Segundo a mesma, *"assim que as equipas foram constituídas, começaram-se a fazer reuniões com os professores do pré-primário, primário e secundário, que ainda decorrem"*.

Para além disso, a presidente da CNDHC, aponta que durante o I Encontro Internacional dos Direitos Humanos, ocorrido nos dias 15 e 16 do mês passado, o projecto foi inclusivamente apresentado aos consultores, ao ME e aos professores, que *"o avalizaram"*. Vera Duarte adianta que a formação dos professores no âmbito desta temática avançará *"já em Abril"*.

Pedro Miguel Cardoso

A INDIGNAÇÃO DE VERA DUARTE

SINDEP *ameaça paralisar aulas*

O Sindicato Nacional dos Professores ameaça paralisar as aulas em vários estabelecimentos de ensino básico, caso o Ministério da Educação continue por resolver as reivindicações dos professores do Instituto Pedagógico, como sejam a progressão na carreira, a retoma do curso intensivo da formação em exercício e um estatuto próprio para os mesmos. O Secretário-Geral do MEVRH rebate, afirmando que as questões existem, mas não na dimensão que vêm sendo apresentadas. Segundo a mesma fonte, que os mais de 200 professores que faltam ser reclassificados serão contemplados no decurso deste ano lectivo e apela aos activistas sindicais a terem uma perspectiva mais global na solução dos problemas.

O presidente do SINDEP reclama, por seu lado, que as reivindicações acima referidas carecem de soluções urgentes por parte do governo. Nicolau Furtado denuncia que docentes formados em Março e Julho de 2004 no Instituto Pedagógico estão ainda à espera do enquadramento devido. *"Isso é inadmissível, porquanto são professores que faziam parte do sistema educativo e foram formados no IP, razão pela qual se sabia de antemão que deviam ser promovidos para a categoria de professores do ensino básico de referência-7, escalão A."*

Furtado acrescenta que os mesmos professores reclamam um estatuto próprio, num processo iniciado desde 1988, mas o ME nem sequer contemplou uma verba no OGE des-

te ano para o efeito. *"Esta situação condiciona a progressão, promoção e resolução da carga horária desses professores do IP, desde 2001. O SINDEP aguarda uma resposta positiva do governo, pois, caso contrário, a paralisação das aulas a nível do ensino básico será fatal"*.

O dirigente da dita organização sindical filiada na UNTCCS exige ainda a implementação de um curso intensivo para os citados professores, a quem falte fazer uma ou duas disciplinas para completarem, ainda no presente ano lectivo, a primeira e a segunda fase da formação em exercício. *"Mas não há mostras de qualquer reacção positiva do ME a esse respeito"*, contesta Nicolau Furtado, que exige a retoma urgente das negociações.

Posição bem diferente tem o MEVRH sobre as reivindicações em causa. Conforme o seu secretário-geral, as questões existem, mas não da forma como elas vêm sendo colocadas. Octávio Tavares adverte, por um lado, que professores e activistas sindicais precisam de ter uma perspectiva mais global na resolução dos problemas que traga outros ganhos e, por outro lado, este caso requer mobilização de meios financeiros avultados.

O SG exemplifica que o MEVRH tem uma verba de 152 mil contos para recrutar e reclassificar professores durante este ano lectivo. Mas Tavares salienta que só os 253 professores do EB e ES, já reclassificados, representam um esforço financeiro de cerca 50 mil contos. Isto, prossegue o

entrevistado de **A Semana**, sem contar com os encargos para os mais de 200 outros docentes, que vão ser reclassificados em 2005. *"Autorizámos o subsídio de carga horária para 363 professores, o equivalente a 21 mil contos. Vamos transitar para novas categorias, no quadro da implementação do Estatuto do Pessoal Docente, 463 professores de ensino básico e secundário, cujo encargo financeiro se aproxima dos 65 mil contos. Vão ser também nomeados, com dispensa de concurso, 106 professores do EB e 165 do ES"*.

Octávio Tavares assegura que o MEVRH tem todo o interesse em aprovar o estatuto do pessoal do Instituto Pedagógico, cuja proposta está sendo melhorada pela comissão criada para o efeito, depois desta ter sido debatida pelo IP, SINDEP e governo. *"Decidiu-se pela melhoria do diploma. Na próxima semana tenho previsto um encontro com a IP a fim de apreciar a versão final do projecto, após o qual será posto no circuito da aprovação"*.

Sobre a formação em exercício, aquele responsável do MEVRH esclarece que o IP fez exames de avaliação, tendo alguns professores concluído o referido curso e outros não. *"A iniciativa pode também partir dos interessados que pretendem concluir esses cursos, bastando para tal requerer ao IP que a avaliação sob forma de exame nas disciplinas em falta, seja aprovada e obtenham a respectiva certificação"*, conclui o SG do MEVRH.

ADP

TV BRITÂNICA divulga os 20 maiores destinos turísticos

De uma lista de 20 países, Cabo Verde foi eleito o décimo segundo melhor sítio do mundo para os britânicos comprarem casas de férias no estrangeiro. A distinção pertence ao “Channel Four” da televisão britânica, no programa sobre viagens “A Place in the Sun” (Um lugar ao Sol). O anúncio surpreendeu alguns nacionais, já que o nosso país foi descrito como as “novas Ilhas Canárias”, um lugar quase virgem, de terrenos baratos e detentor de um plano de investimento de milhares de libras.

Para o presidente da Cabo Verde Investimentos, Paulo Monteiro, tal facto terá impacto positivo no desenvolvimento turístico destas ilhas, pelo que o governo deverá criar as condições para satisfazer essa procura, agora localizada na Grã Bretanha.



Cabo Verde eleito o 12º melhor do mundo

Empresários nacionais do sector de construção civil estão surpreendidos com o anúncio, segundo o qual os britânicos elegem Cabo Verde como o décimo segundo melhor lugar do mundo onde podem construir ou comprar casas de férias no estrangeiro. A notícia foi recentemente divulgada no site www.essencial-algarve.com, mas a distinção foi tornada pública em Janeiro deste ano, através do “Channel Four” da televisão britânica, no programa sobre viagens “A Place in the Sun”.

O impacto de tal distinção poderá, na perspectiva de empresários cabo-verdianos, reforçar a imagem positiva do nosso país junto da comunidade internacional. É que, segundo revelam os autores do citado programa, de uma lista de 20 melhores regiões do mundo onde britânicos compram propriedades, Cabo Verde ficou em 12º lugar, batendo assim um número apreciável dos principais destinos turísticos internacionais, como são os casos de Toscânia (Itália), Costa del Sol (Espanha), Austrália e Nova Zelândia, Flórida (EUA), Marraquexe (Marrocos) St.Kitts e Nevis (Caráibas), Riviera Francesa e Dubai.

De acordo com a mesma fonte, diferentemente do que aconteceu com as mais de três dezenas de países referenciados, Cabo Verde satisfaz os três critérios definidos: Dinheiro, quanto vai gastar e se vale o mesmo dinheiro que gastou? Sentido prático, quais são os prós e os contras de comprar neste local? O potencial, será ou não um bom investimento?

A lista de “A Place in the Sun” confere, assim, esta surpreendente distinção ao nosso país. “Em 12º lugar, Cabo Verde foi descrito como ‘as novas Ilhas Canárias’. Os espectadores ficaram a conhecer a existência de grandes praias, surf fantástico e clima fabuloso e, mais dirigido aos especuladores, uma

escolha de terrenos novos e baratos e um plano de investimentos de muitos milhares de libras, que deve trazer o turismo de massas para as suas espetaculares costas”.

O site referido destaca que os mentores do Canal 4 da TV britânica dizem crer que Cabo Verde é um dos sítios do mundo que permanece ainda quase virgem e está preparado para ser descoberto. Mas “A Place in the Sun” salienta que a actual falta de infra-estruturas modernas no país implica que vai necessitar de algum tempo até atingir o seu potencial.

CI E OS 20 MELHORES

Que impacto poderá tal distinção vir a ter no desenvolvimento turístico nacional? Para presidente de Cabo Verde Investimentos (CI), a notícia é um sinal positivo para futuros investimentos turísticos a serem realizados nestas ilhas. “A eleição de Cabo Verde como o 12º melhor sítio do mundo onde os britânicos podem comprar casas de férias no estrangeiro terá um impacto positivo em termos de investimentos externos futuros no país, porque sabemos que há uma procura localizada na Grã-Bretanha. Mas vamos ter que criar condições, em termos de oferta, para satisfazer essa procura”.

Paulo Monteiro acrescenta que a escolha de Cabo Verde pela TV inglesa vai dar mais alento e energia às autoridades nacionais, na perspectiva de vencer o desafio de criar uma infra-estrutura de classe mundial em todas as ilhas, o qual passará pelos mecanismos de investimentos, particularmente através da parceria público-privada. Tudo com o propósito de se conseguir financiamentos rápidos de marinas ou portos de “plaisance”, casinos e meios de transportes rápidos inter-ilhas, clínicas de saúde-além de investi-

mentos nos sectores de energia, água e tratamento de resíduos sólidos e líquidos, de forma a criar as condições para uma política nacional do turismo sustentável.

O presidente de CI acrescenta, ainda, que a eleição de Cabo Verde como o 12º melhor sítio do mundo para investimentos no sector da imobiliária não o surpreendeu. É que, segundo Monteiro, um diplomata africano lhe confidenciou, recentemente, que Cabo Verde tem as vantagens da África sem estar em África, sobretudo por ser um país onde reina a paz e a estabilidade política. Isto sem contar com a raridade da sua cultura, o seu excelente clima durante todo o ano e por estar perto da Europa, bastando cinco horas para ligar, via aérea, com a cidade de Paris, França.

De acordo com o site [essencial-algarve.com](http://www.essencial-algarve.com), dezenas de candidatos foram analisados e os três critérios foram aplicados a milhares de imóveis, antes da lista dos 20 melhores do “A Place in the Sun” ter sido feita. Mas batendo os outros 19 concorrentes e arrecadando o primeiro lugar, a região portuguesa do Algarve é vista pelos britânicos como um destino de praia perto de casa.

A sondagem realizada pelo “Channel Four” descreve que o Algarve está dotado com alguns dos melhores campos de golfe da Europa e abençoado pelo sol, praticamente todo o ano, assim preenchendo facilmente os requisitos da fórmula criada pelo citado canal televisivo. A região dispõe, conforme os mesmos dados, de uma boa folha de serviços e um grande potencial, a todos os níveis. “O A Place in the Sun referiu que, em Albufeira, uma moradia com piscina partilhada pode ser adquirida a partir de 143.000 euros, enquanto que, mais para oeste na costa, pode custar cerca de 150.000 euros”, refere a nossa fonte, para quem, na sequência da divulga-

ção da dita sondagem, toda a região de Algarve registava um aumento sem precedentes de pedidos de informações, tanto por parte de compradores como dos vendedores de casas.

A cidade do Cabo, na África do Sul, ficou em segundo lugar. Esta é descrita pelo mesmo programa como um dos mercados imobiliários mais activos do mundo e uma cidade onde reina um sentimento de bem-estar. Tem uma variedade de terrenos a preços muito baixos, 86.000 euros. Apenas pelo perigo associado ao risco de crime na região, a cidade do Cabo não atingiu o primeiro lugar no “ranking” dos 20 melhores do “A Place in the Sun”.

Logo depois da capital sul-africana e até à décima segunda posição ocupada por Cabo Verde, ficaram os seguintes países ou regiões: Turquia, Eslovénia, Região de Limousin (França), Bulgária, Teruel (Espanha), Croácia, Chipre, Normandia (França) e Barcelona, em Espanha.

De referir que um dos candidatos aos 10 melhores do Canal 4 era a Flórida. Esta foi descrita no programa como uma das regiões preferidas das famílias. Este Estado norte-americano onde o sol brilha sempre, tem sido, de acordo com as fontes que vimos citando, o primeiro destino de longo curso para os cerca de 18 mil britânicos que aí compraram mais de 100 mil imóveis no ano passado. “Mas a Flórida foi vítima do seu próprio sucesso, sendo cada vez mais difícil encontrar imóveis de primeira categoria para arrendar. Acrescente-se ainda o custo dos prémios de seguros das casas que têm vindo a aumentar exponencialmente (os furacões são uma ameaça anual) e não será de admirar que apenas tenha logrado obter o 16º lugar na lista”, conclui a sondagem do “Channel Four”. Melhor para Cabo Verde, este lugar ao sol.

Alírio Dias de Pina

ELECTRA

O governo de Cabo Verde solicitou a mediação do Banco Mundial para ajudá-lo a ultrapassar os constrangimentos que continuam a ser colocados pela Electra, em matéria de produção e distribuição de água e electricidade. Este é o mais novo capítulo nas já atribuladas relações entre o executivo de José Maria Neves e aquela empresa, numa altura em que se volta a falar de ruptura entre as duas partes.



Governo, impotente, pede socorro ao Banco Mundial

Sexta-feira, 11 de Março de 2005

A informação de que a Cidade da Praia solicitou a mediação do Banco Mundial para ajudá-la a resolver o problema da Electra foi tornada pública esta semana pelo ministro das Finanças e do Planeamento durante a abertura das conversações com o Fundo Monetário Internacional, na Praia. Ao discursar no acto, que marca o início da missão que o FMI realiza desde 2002, todos os semestres, a Cabo Verde, João Serra reconheceu a existência de problemas nesse dossier, oficializando assim o descontentamento existente no seio do governo em relação à Electra e que este jornal deu conta na sua edição anterior.

“As negociações com a Electra não conheceram progressos desejados”, disse, preto no branco, aquele governante. “Mas a missão do Banco Mundial que se encontra neste momento em Cabo Verde está em vias de propor um compromisso que poderá ser aceitável para ambas as partes. Contudo, o governo tem respeitado os compromissos de não financiar as despesas correntes nem da TACV nem da Electra”, foi dizendo.

A TACV e a Electra foram apontadas por João Serra como exemplos dos problemas que a Cidade da Praia tem enfrentado no capítulo das privatizações. Se em relação à Arca Verde, Interbase, Enapor e Emprofac o processo encontra-se, mais ou menos, nos carris, o mesmo não se pode dizer em relação à TACV e até mesmo a Electra.

No caso da TACV, as responsabilidades, segundo aquele governante, são repartidas com o Banco Mundial, ao passo que em relação à Electra, apesar de privatizada desde 1999, o seu desempenho continua longe do desejado, tanto do ponto de vista dos consumidores, como do Estado de Cabo Verde. Ainda em relação à TACV, **A Semana** soube que o resultado do concurso ganho por uma empresa europeia para sanear a companhia aérea cabo-verdiana foi contestada por uma adversária norte-americana, acabando por atrasar a sua privatização. Assim, em vez deste ano, só em 2006 é que a TACV será alienada.

E quanto à Electra, é o que se sabe. Nas últimas duas semanas por todo o país ecoaram notícias de problemas existentes tanto a nível da água como da electricidade, o que por si comprova a incapacidade daquela unidade em cumprir as suas obrigações para com os seus clientes.

Para ultrapassar o problema da Electra, **A Semana** apurou que a Cidade da Praia solicitou ao Banco Mundial os seus “bons officios” no sentido de ajudá-la a encontrar uma “resolução construtiva” do diferendo que a opõe à Electra, concretamente em relação ao “défice tarifário”.

Como é também do domínio público, a empresa exige uma compensação financeira por não ter sido autorizada a aumentar as suas tarifas, como forma de responder aos aumen-

tos do preço dos combustíveis que se têm vindo a verificar no país desde que foi privatizada. Ela acusa ainda os municípios, que são accionistas também da empresa, de não estarem a cumprir os seus compromissos financeiros nos domínios da água e da iluminação pública. Esta situação levou a Electra, por exemplo, a tomar medidas em relação à Agubrava, no Fogo.

Em contrapartida, a Electra é também acusada de estar a obstaculizar o desenvolvimento do sector a que está ligada ao não realizar o seu programa de investimentos. Aliás, à semelhança do FMI, encontra-se neste momento em Cabo Verde uma missão do Banco Mundial que tem em mãos o Programa Energia, Água e Saneamento, que ainda só não arrancou efectivamente por falta de alegada comparticipação financeira da Electra.

Curiosamente, no momento em que se encontra na boca do povo pelas mais variadas razões, a administração da Electra tem-se mantido em silêncio. Esse facto é interpretado como mais um sinal de descaso dos seus responsáveis em relação aos consumidores cabo-verdianos, que volta e meia vêm-se desprovidos de água ou de electricidade, sem que esse quadro tenha dia de mudar.

MpD faz rectificação

Entretanto, este jornal recebeu do depu-

tado Alexandre Monteiro, do MpD, uma nota na qual contesta uma informação saída na edição anterior sobre a Electra. Diz ele que, contrariamente ao que afirma este semanário, “em 2000 não houve qualquer aumento de preços dos combustíveis, pois o Governo de então subsidiava os custos de produção de energia, com o argumento de evitar a transferência directa do choque petrolífero para a economia nacional”.

Monteiro sublinha, entretanto, que o défice tarifário que hoje opõe a Electra ao governo “resultou, sim, dos sucessivos aumentos de preços dos combustíveis efectuados pelo actual Governo, que impediu administrativamente o seu impacto imediato nos preços de electricidade e água e consequentemente para a ELECTRA a absorção dos custos sociais e económicos dessa medida”. Daí não corresponder à verdade a afirmação inserta no artigo de **A Semana** de que em 2000, “depois de um aumento dos combustíveis, a Electra quis aumentar as tarifas e não foi autorizada pelo Estado e, como consequência apresentou mais tarde, ao actual governo, uma factura de cerca de 20 milhões de dólares, quase o preço que o consórcio ADP/EDP adquiriu a empresa”.

Este jornal aproveita também para corrigir que os 20 milhões de dólares acima referidos são quase a metade daquilo que o consórcio ADP/EDP pagou pela Electra e não metade como se diz no mesmo texto.

TACV prepara “Novo Sistema de Gestão de Pessoal”



A transportadora aérea cabo-verdiana está a preparar um novo sistema de gestão do seu pessoal, visando harmonizar o relacionamento laboral na empresa e evitar situações como a que levou o Pessoal Navegante e de Cabine a realizar uma greve e que foi seguida de uma requisição civil decretada pelo governo. Uma primeira proposta do documento, considerado complexo por uma fonte da TACV, já foi entregue aos parceiros sociais, os sindicatos, para efeito de análise e parecer.

Ao que tudo indica, o Conselho de Administração quer que esse novo sistema de gestão do seu pessoal seja um trabalho feito em conjunto com os sindicatos em que estão filiados os seus trabalhadores, daí a recusa em falar do mesmo, antes de recolher as contribuições desses representantes. “Trata-se de um documento bastante abrangente, isto é, não é apenas para resolver as reivindicações do Pessoal Navegante e de Cabine. Vai abarcar todos os funcionários da empresa e terá em

conta as questões salariais e o alargamento dos horários, este que tanta polémica despoletou nos últimos tempos”, revela a nossa fonte, sem precisar uma data provável para o início das discussões públicas do mesmo e a sua oficialização.

Estas e outras novidades contidas nesse draft do novo sistema de gestão do pessoal da TACV, que já está na posse dos sindicatos, antecipam, de acordo com a nossa fonte, os novos desafios que a TACV vai enfrentar nos próximos tempos, nomeadamente o “Céu Aberto”, que passará pela dilatação da carga horária e a atribuição da respectiva compensação financeira considerando, como não podia deixar de ser, a vertente competitiva que a empresa tanto busca. “As partes vão ter de ceder e aceitar condições não tão vantajosas como as que os PNC exigiam, por exemplo, porque dentro em breve teremos mais companhias aéreas no mercado a competir directamente com a TACV”.

RIBEIRA GRANDE

Quinze famílias residentes na Fajã de Tanque, Santo Antão, beneficiam de um projecto de reconversão da agricultura de sequeiro. Uma iniciativa da Associação Vale Verde, apoiada pelo Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas, com o propósito de aumentar a produção hortícola naquela localidade da Ribeira Grande, a fim de fornecer o mercado local e exportar.



Reconversão agrícola em Fajã de Tanque

A intenção dos promotores da iniciativa é transformar cerca de três hectares de terreno onde até ao momento se pratica agricultura de sequeiro, dependendo do ciclo das chuvas, em pequenas parcelas irrigadas através das inovações tecnológicas. Na verdade, essas parcelas serão regadas com a água das represas de Ribeira de Duque e estarão vocacionadas essencialmente para a produção hortícola e frutícola.

O MAAP vai fornecer não só todos os equipamentos para trazer a água das represas até ao reservatório situado em Fajã de Tanque, mas também os cabeçais, os filtros e outros acessórios indispensáveis para a rega localizada. Além disso, o Ministério da Agricultura encarregar-se-á ainda de

garantir a assistência técnica durante a implementação do projecto, bem como de colocar toda a tubagem condutora da água até à fronteira de cada parcela.

Só que a partir dessa entrega à fronteira, o resto do trabalho ficará sob responsabilidade de cada beneficiário. Ou seja, serão os donos das parcelas a colocarem toda a rede de distribuição de água nas suas propriedades. *“Esta é a forma deles participarem neste projecto, cuja iniciativa partiu da Associação Vale Verde, mas que o Ministério de Agricultura apoiou desde o primeiro momento”*, realça a delegada do MAAP em Santo Antão, Rosa Rocha.

Os trabalhos para a colocação de três mil metros de tubos e recuperação do antigo

reservatório decorrem a bom ritmo. E, conforme uma fonte do MAAP, os 15 beneficiários têm aderido com bastante entusiasmo ao projecto, que se destina a aumentar a produção de hortícolas e frutícolas naquela localidade do interior da Ribeira Grande.

De referir que essa reconversão da agricultura em Fajã de Tanque foi iniciada na década de 70 do século passado. Naquela altura construíram-se um reservatório - o mesmo que agora está sendo restaurado - e um poço para fornecer água à localidade. Só que não se arranhou uma motobomba para fazer a água chegar às parcelas agrícolas e aquele programa caiu em esquecimento.

Cerca de três décadas depois, a Asso-

ciação Vale Verde reformulou o projecto e resolveu aproveitar a água das represas da Ribeira de Duque para irrigar aquelas parcelas. E graças a recursos provenientes de vários parceiros, o projecto já está bem encaminhado.

Deve-se realçar, entretanto, que a água das represas de Ribeira Duque não beneficiou apenas os 15 agricultores de Fajã de Tanque. Os proprietários dos terrenos da margem esquerda de Ribeira Duque, que já tinham parcelas irrigadas, viram também aumentada a disponibilidade de água para a agricultura nos últimos meses. Deste modo, o intervalo de tempo entre uma rega e outra diminuiu e isso favoreceu a produção agrícola nessa zona. **João Almeida Medina**

BARRAGEM DE POILÃO

Obras ainda a meio gás

As obras para a construção da Barragem de Poilão, três meses depois do lançamento da primeira pedra, encontram-se ainda em fase de fundação. Segundo o responsável da obra, Zhang, dentro de um mês o ritmo será outro: entrarão em acção mais cerca de 100 operários, juntando-os aos 70 já contratados para fazer avançar a construção que *“estará pronta no final deste ano”*.

Em Poilão, localidade escolhida de Santa Cruz para a primeira barragem de Cabo Verde, a produção ainda está a meio gás. Os técnicos e os operários contratados, entre chineses e cabo-verdianos, ainda estão às voltas com explosões de dinamite nas rochas e escavações com máquinas, abrindo assim caminho e conquistando espaço para aquela infra-estrutura.

Orçada em quatro milhões de dólares, a futura barragem de Poilão é inteiramente financiada pela República Popular da China e estima-se que vai contribuir para o aumento da produção agrícola e o rendimento das famílias, combatendo assim a pobreza de forma sustentável e duradoura na zona de Santa Cruz.

A barragem vai ter capacidade para armazenar 1,7



milhão de m³ de água, o que irá permitir o aumento em 68 hectares a área irrigada a jusante, somando um total de 200 hectares de área irrigada. Uma vez concluída, ela deve beneficiar toda a população de Santa Cruz, que trabalha directamente da terra. Por enquanto apenas cerca de 70 operários estão no terreno, mas dentro de um mês outros 100 deverão juntar-se a este grupo, podendo o número atingir os 200.

Enquanto não há barragem nem chuva para satis-

fazer as necessidades de água para a agricultura, os chineses não deixam os seus créditos agrícolas em mãos alheias. Sem perda de tempo, esses cidadãos asiáticos ligados ao empreendimento garantem o seu próprio abastecimento em alguns produtos agrícolas através da lavoura. Batatas, cebolas, repolhos, couves, tomates são alguns géneros explorados por eles nos seus tempos livres. Pelo que **A Semana** conseguiu observar, a horta está bem recheada e viçosa. Por isso, um cabo-verdiano que se encontrava no local, não esconde a sua admiração: *“Se os chineses trabalham como cultivam a terra, a construção da barragem está bem entregue”*.

Segundo um técnico chinês, o trabalho agrícola *“é temporário”*, explicando que *“com o avanço da obra teremos que nos desfazer da horta, uma vez que se encontra localizada bem no local que a barragem vai ocupar”*.

Com a obra ainda em fase de fundação, e enquanto não chegam mais reforços, os chineses ainda têm tempo para trabalhar na horta, e, mesmo assim, mostram-se optimistas quanto ao futuro da barragem e dizem-se confiantes de que daqui a uns meses a barragem de Poilão vai passar a ser realidade, consoante o prazo previsto de 10 a 12 meses.

Aidê Carvalho

Evidências locais e intervenções adaptadas

No mês dedicado às mulheres, gestores e técnicos da área de Saúde Reprodutiva de Santo Antão, São Vicente e São Nicolau apresentaram, no Hospital Baptista de Sousa, os resultados de um estudo que pretende aumentar a “qualidade de sistemas de saúde perante a gravidez e o parto”. Foi a terceira prova desta investigação, que já está na sua fase final, e que envolveu técnicos da Europa e Cabo Verde. A realização do encontro para a apresentação do estudo permitiu aos técnicos fazer uma avaliação antecipada do seu impacto nos indicadores da saúde materna e recomendar o emprego de novos instrumentos e condutas a nível nacional.

O estudo “Qualidade de sistemas de saúde perante a gravidez e parto” foi realizado em três países - Cabo Verde, Tanzânia e África do Sul - e contou com a participação do Instituto de Pesquisa de Saúde Internacional de Estocolmo (Suécia) e do Departamento da Higiene Tropical e Saúde Pública (Alemanha). Surgiu, segundo os seus autores, da necessidade de introduzir melhorias na saúde materna, tendo como base as evidências ou meios locais.

Ainda não está completo mas, frisa o ginecologista Ernesto Rocha, entusiasta do projecto, este trabalho já foi apresentado na região da Macaronésia (Junho 2004), na ilha de Santiago (Dezembro), e em Angola (Janeiro). Na sexta-feira, 04, a equipa que realizou o estudo reuniu-se em São Vicente para avaliar o seu impacto nos indicadores da saúde materna e a adequação dos instrumentos e condutas em Cabo Verde.

O impacto e as falhas do estudo, os instrumentos novos, nomeadamente o caderno de Atenção Integral à Saúde da Mulher (AISM) e os kits de emergência foram avaliados e aceites para proposta de implementação a nível nacional, em paralelo com o partograma e o livro de registo de partos. Para Pitt Reitmar, do Departamento de Higiene Tropical da Alemanha, o que se pretende com esse trabalho não é transportar de forma mecânica

os seus resultados para a realidade cabo-verdiana, mas construir a partir dele um modelo de atendimento aplicável em qualquer ponto de Cabo Verde.

Ernesto Rocha mostra-se confiante nesse estudo, tendo em conta as propostas de implementação de alguns elementos que pretendem melhorar o sistema de saúde a nível da gravidez e do parto. A título de exemplo, aquele profissional da saúde destaca a utilização de um novo Livro de Parto. “O Livro do Parto vai-nos permitir fazer uma melhor estatística e avaliação dos partos. Elaborámos ainda um Partograma, que facilita o seguimento mais cronometrado e controlado do parto e um Caderno de Atenção Integral à Saúde da Mulher (AISM), que veio substituir tradicional cartão da grávida”.

Rocha salienta que, ao invés de se elaborar um cartão para cada gravidez, faz-se um caderno que contém, para além de dados relativos à gravidez, informações sobre as consultas pós-parto, planeamento familiar, prevenção contra o cancro do colo, exames ginecológicos, etc.

Para se chegar a esses instrumentos - livro do parto, partograma e caderno de AISM -, sublinha Rocha, foi preciso analisar os antigos registos, fazer novas propostas e criar novas ferramentas. “Já começámos a implementar esses instrumentos nas ilhas de Santo Antão, São Vicente e São Nicolau e os resultados e a aceita-

ção são muito satisfatórios.

A partir de agora, e graças ao Caderno AISM, as mulheres estão a ser vistas de forma integrada. Ou seja, não uma mulher enquanto grávida, que vai ao PMI para buscar contraceptivos ou quando faz uma consulta isolada. Estamos a ter uma visão integral e contínua da mulher cabo-verdiana”.

Esses dados e informações, de acordo com Pitt Reitmaier, resultam de um trabalho que vem sendo realizado há três anos e que contou com a participação de médicos, enfermeiros, gestores e técnicos da área da Saúde Reprodutiva e mostram que hoje se pode produzir evidências a nível da Saúde reprodutiva em Cabo Verde. “Iniciámos esse estudo com o objectivo de encontrar soluções e instrumentos localmente adaptados na identificação das prioridades, percepção dos problemas, mas também baseado numa evidência local, na nossa percepção, à procura de soluções que se

adaptam à realidade existente”, frisa Reitmaier.

E numa altura em que se começa a avaliar a sua eficácia no contexto local, observa aquele especialista, é hora de se questionar se a atenção dispensada ao pré-natal dá resultados e se reduz o risco. Ou ainda, até que ponto se pode fazer melhor e se há acções feitas que estão mal documentadas ou que se perdem logo que são produzidas.

Constância de Pina

Sexta-feira, 11 de Março de 2005



FETO VIVO NA MORGUE DO “BAPTISTA DE SOUSA”

Acto de suposta negligência

O caso do feto colocado vivo na morgue do Hospital Baptista de Sousa poderá configurar um caso típico de negligência médica, segundo a opinião de dois juristas. Contudo, ambos advertem que há níveis jurídicos diferentes para esse tipo de acto e que a negligência não implica, obrigatoriamente, a prática de um comportamento criminoso.

“O conceito de crime pressupõe a prática de um acto voluntário, embora haja crimes involuntários, como o homicídio involuntário. É preciso averiguar se, nesse caso, houve alguma intenção criminosa que levou as pessoas envolvidas a declarar a morte do feto, sabendo, por exemplo, que ele ainda estava vivo. Outro aspecto relevante é saber se foi dada toda a assistência médica necessária à sobrevivência dessa criança, logo à nascença”, realça um dos juristas, embora esteja mais virado a acreditar que tudo não terá passado de um lamentável erro. “E, na medicina, há erros que são fatais”, acrescenta.

Com base na lei, quem, por negligência não grosseira, provocar a morte de outra pessoa, pode ser condenado a pena de até três anos de prisão ou a pagar uma multa. No entanto, se ficar provado que a negligência foi intencional, a sentença a ser determinada deverá oscilar entre um e cinco anos de cadeia.

Uma das principais dificuldades nesse género de situação, segundo outro jurista, reside em determinar o nexo de causalidade entre a atitude de, por exemplo, - colocar alguém vivo numa morgue e a causa posterior da morte. Pelas suas contas, este caso poderá originar algum interesse da comunidade jurídica, principalmente dos advogados residentes na cidade do Mindelo.

A notícia sobre o feto prendeu a atenção dos mindelenses e levou a direcção do “Baptista de Sousa” a instaurar um inquérito para se apurar as eventuais responsabilidades das pessoas envolvidas. Entre elas, destacam-se uma enfermeira e a médica que assinou o óbito.

Segundo Emily Santos, este caso não retrata o estilo de funcionamento do hospital de S. Vicente. Por isso espera ter em mãos o resultado do inquérito até o final desta semana, para depois agir disciplinarmente contra os eventuais culpados.

Aliás, os dois juristas citados acreditam que o castigo mais provável para os implicados será mais de foro disciplinar do que criminal. No entanto, defendem quer uma investigação apurada do caso por parte das autoridades policiais, quer o direito que assiste aos pais de reclamarem justiça.

Foi com essa intenção que o pai da criança - nascida prematuramente no hospital de S. Vicente e dada como morta antes do tempo - apresentou uma queixa à Polícia Judiciária, no início desta semana. A PJ garantiu apenas que vai concertar com o Ministério Público para saber qual das duas instituições deverá realizar as investigações.

KzB